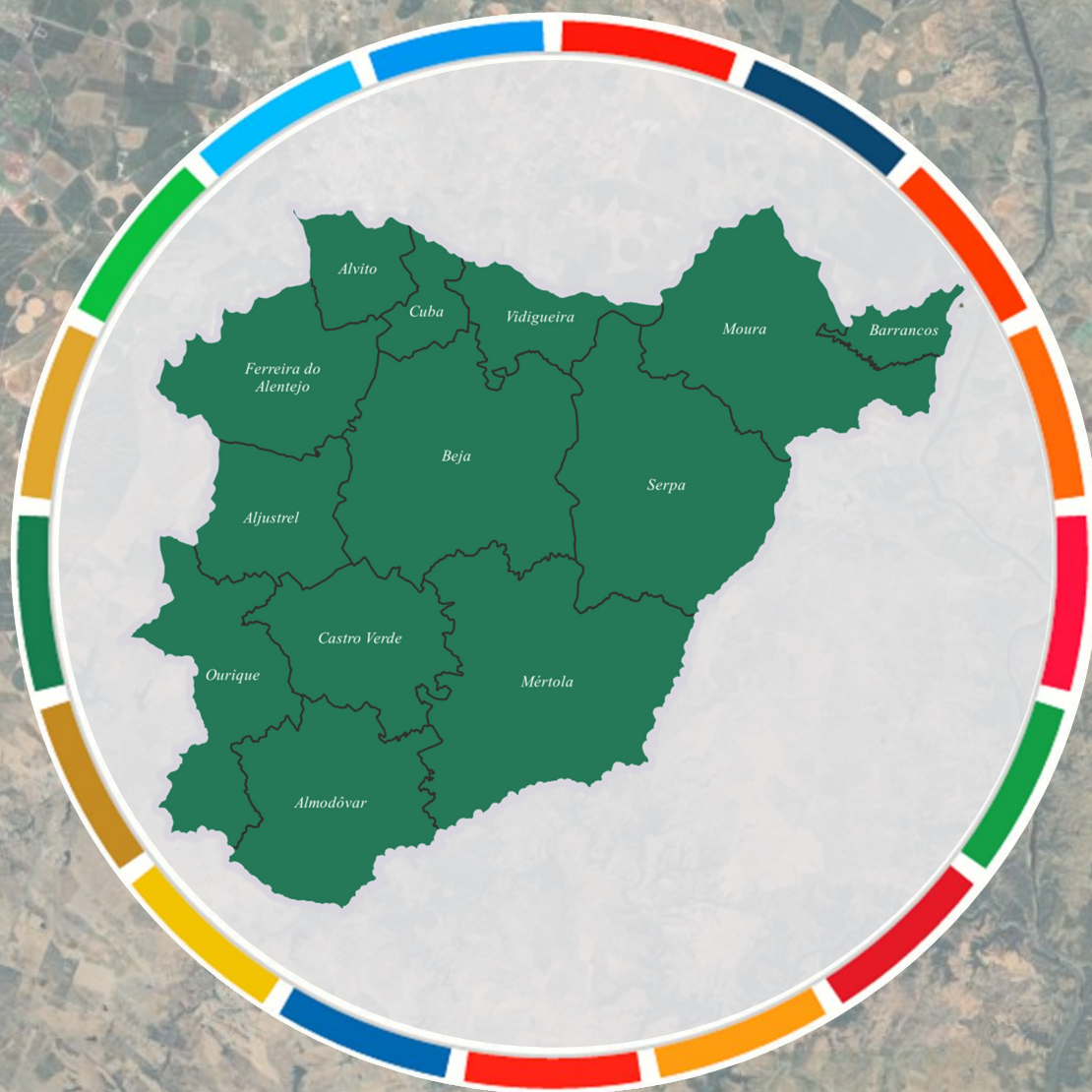


# Sessão Prospetiva do Baixo Alentejo

## Sumário Executivo



# Introdução

Com o mote “*Pensar o Futuro, Agir no Presente em Contextos Transfronteiriços*”, as Sessões Prospetivas **ODSlocal – Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** têm como objetivo principal aumentar a capacidade de reflexão estratégica de acordo com um padrão de desenvolvimento sustentável e inovador, capaz de resgatar equilíbrios locais, estimulando sinergias e aptidões replicáveis noutros municípios e regiões com características semelhantes. Este ciclo de sessões incide nas sub-regiões geográficas abrangidas pelo Programa PROMOVE, desenvolvido pela Fundação “la Caixa” em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

## A Sessão Prospetiva do Baixo Alentejo

No dia 24 de março de 2026 decorreu, no Instituto Politécnico de Beja, a sexta Sessão Prospetiva da Plataforma ODSlocal, com a colaboração da Câmara Municipal de Beja e da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), abrangendo 13 municípios.

A sessão contou com a participação de diversos atores do conjunto de municípios que integram a CIMBAL. Para além de uma primeira parte expositiva e de debate entre especialistas, constituiu-se depois um fórum de discussão com cinco mesas de debate e reflexão, nas

quais participaram diversos representantes e membros do poder político e executivo (nacional, regional, sub-regional e local), instituições educativas, empresários e representantes de grupos empresariais e de fundações, e diversas organizações da sociedade civil (associações, ONG, IPSS).



**A primeira parte** contou com três painéis:

O **Painel de Abertura**, sob uma perspetiva introdutória, iniciou a sessão com intervenções de *Fátima Carvalho* (Presidente do Instituto Politécnico de Beja), *Nuno Palma Ferro* (Presidente da Câmara Municipal de Beja), *António José de Brito* (Presidente da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo) e *João Ferrão* (Coordenador da Plataforma ODSlocal).

O **Painel I – Desafios e Oportunidades no Baixo Alentejo** esteve centrado na exposição do diagnóstico ODSlocal da sub-região, apresentado por *Luísa Schmidt* (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), destacando sobretudo as dimensões sociais e ambientais.

O **Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente**, dedicado a uma reflexão sobre as perspetivas futuras, caminhos e orientações estratégicas para a sub-região, assinalando as suas forças, desafios e oportunidades, contou com a participação de três oradores convidados: *Pedro Rocha* (Administrador Executivo da Herdade da Contenda), *João Madeira* (Sociedade Agrícola Vargas Madeira, Lda) e *Ana Paula Figueira* (Instituto Politécnico de Beja).

**A segunda parte** foi dedicada à realização de um *workshop* participativo – **Fóruns de Discussão sobre o Baixo Alentejo** – onde os participantes e representantes das diversas entidades integraram cinco mesas de debate e reflexão. Num ambiente de diálogo, foram discutidas ideias e apontados caminhos no âmbito da Agenda 2030 e fortalecendo a capacidade de resposta aos atuais e futuros desafios da sub-região.

# Diagnóstico ODSlocal do Baixo Alentejo

A avaliação de desempenho dos municípios em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está dependente quer do conjunto de indicadores integrados na [Plataforma ODSlocal](#) associados a cada ODS, quer da medição da distância verificada entre os valores-base dos indicadores (de 2015) e os respetivos valores-meta estipulados para 2030. Estes valores são expressos em percentagem, indicando o progresso atual dos municípios perante o horizonte de 2030.

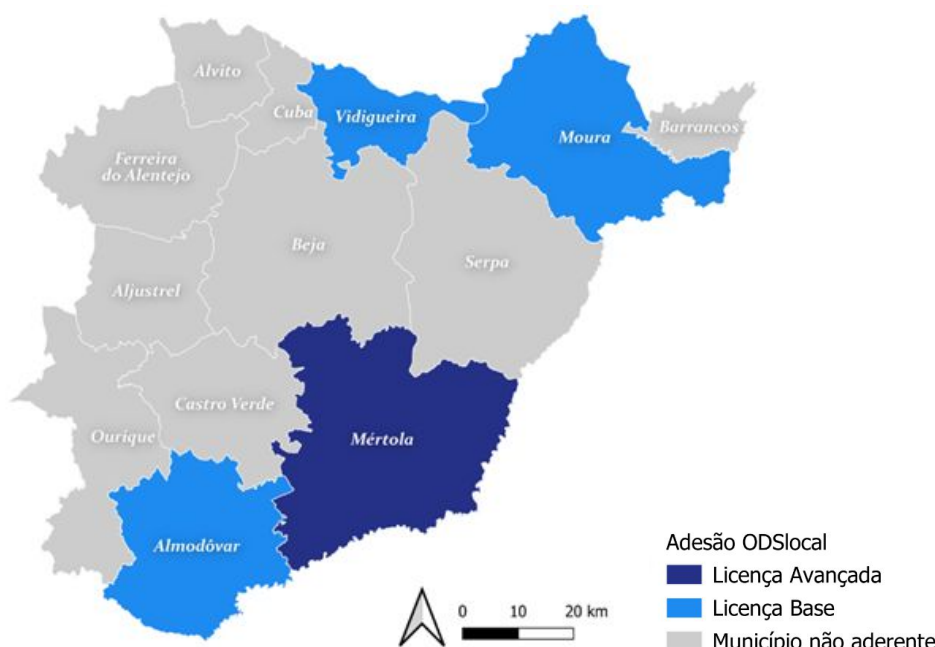
**Figura 1** – Desempenho médio dos municípios do Baixo Alentejo, por ODS (1º semestre de 2026)



O desempenho médio dos municípios da sub-região do Baixo Alentejo é de 54% (primeiro trimestre de 2026), indicando um percurso que, sendo positivo e diversificado, importa acelerar e aprofundar para assegurar o cumprimento da Agenda 2030. Discriminando o respetivo desempenho por cada um dos 17 ODS (**Figura 1**), salientam-se, com melhores resultados, o **ODS 4** – Educação de Qualidade (70%), o **ODS 1** – Erradicar a Pobreza (62%) e o **ODS 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis (61%).

No que diz respeito à adesão à Plataforma ODSlocal (**Figura 2**), entre os 13 municípios que integram a sub-região do Baixo Alentejo, um é subscritor da modalidade de licença avançada (Mértola) e três enquadram-se na versão base (Almodôvar, Moura e Vidigueira). Neste sentido, apesar de a totalidade dos municípios serem abrangidos pela análise de indicadores ODSlocal, a maioria não usufrui dos serviços e ferramentas disponibilizados pela Plataforma.

**Figura 2** – Adesão à Plataforma ODSlocal no Baixo Alentejo



Para além da monitorização contínua de Indicadores de Referência municipais, que abrange a totalidade do território nacional (continente e ilhas), a Plataforma ODSlocal contempla ainda o registo georreferenciado de iniciativas que contribuem para a implementação da Agenda 2030: [Projetos locais](#) e [Boas Práticas Municipais](#).



**Promotores:** Câmaras Municipais

**Mapeamento:** Técnicos Municipais registados no Portal ODSlocal

**Âmbito Geográfico:** Localização específica ou abrangendo todo o município



**Promotores:** Entidades coletivas exceto municípios

**Mapeamento:** Formulário aberto, mediante cumprimento de requisitos

**Âmbito Geográfico:** Localização exata e georreferenciável

Até à data da recolha de informação, 10 de março de 2026, encontravam-se mapeadas no portal, 19 Boas Práticas Municipais e 41 Projetos locais na sub-região do Baixo Alentejo.

**Figura 3** – Contributo das Boas Práticas municipais para os ODS no Baixo Alentejo (março de 2026)



**Avaliando o contributo** das iniciativas mapeadas para os ODS nos municípios do Baixo Alentejo, verifica-se que os ODS mais beneficiados pelo conjunto de **Boas Práticas** são o **ODS 11** – *Cidades e Comunidades Sustentáveis*, o **ODS 12** – *Produção e Consumo Sustentáveis* e o **ODS 17** – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos* (**Figura 3**).



**Figura 4** – Contributo dos Projetos locais para os ODS no Baixo Alentejo (março de 2026)



Por outro lado, verifica-se uma elevada diversidade quanto aos **Projetos** registados (**Figura 4**), sendo que entre os cinco ODS mais beneficiados, em mais de 75% dos projetos, são os **ODS 8** – *Trabalho Digno e Crescimento Económico*, **ODS 10** – *Reduzir as Desigualdades*, **ODS 12** – *Produção e Consumo Sustentáveis*, **ODS 6** – *Educação de Qualidade* e **ODS 13** – *Ação Climática*.



# Painéis de Peritos

Na reflexão conjunta promovida no **Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente**, os oradores convidados marcaram a manhã com reflexões e contributos importantes para a Sessão Prospetiva do Baixo Alentejo.

**Pedro Rocha** (*Administrador Executivo da Herdade da Contenda*) salientou que uma estratégia de sustentabilidade do Baixo Alentejo deverá dar especial atenção a todo o território que não está abrangido pela influência do empreendimento do Alqueva, nem pelos investimentos associados ao regadio e à modernização agrícola, a qual representa cerca de 80 a 85% da superfície do Baixo Alentejo, com mais de 700 mil hectares. Segundo o orador, o território **situado fora do perímetro do Alqueva**, que está associado a sistemas agrosilvopastoris, enfrenta atualmente desafios muito relevantes: **a suscetibilidade à desertificação (erosão de solos), os efeitos das alterações climáticas, assim como a degradação e redução do montado**. Por outro lado, mais de um terço do Baixo Alentejo está classificado como Rede Natura 2000, mas, como sublinha o orador, tal continua a ser subvalorizado do ponto de vista económico: *“estas áreas prestam serviços extremamente importantes do ponto de vista dos ecossistemas”*, mas não são devidamente remuneradas.



Segundo *Pedro Rocha*, é hoje particularmente importante a **valorização efetiva dos serviços de ecossistema** deste território, bem como a **defesa da biodiversidade** e o **papel no ciclo do carbono e da água**. Tal abordagem de valorização cruza-se com a economia das explorações agrícolas, florestais e pecuárias, bem como com a valorização dos produtos endógenos, que *“devem ser diferenciados, associando-os aos serviços ambientais que proporcionam”*. Outra prioridade prende-se com a **salvaguarda do montado**, *“um ecossistema fundamental no combate às alterações climáticas e à desertificação, que tem vindo a desaparecer a um ritmo preocupante”*. As causas deste declínio são diversas – desde escassez hídrica e períodos de seca prolongados, às más práticas agrícolas e doenças –, pelo que requerem **soluções inovadoras e diversificadas**, pois *“a regeneração é insuficiente, o que constitui um problema grave. Inverter esta tendência é uma oportunidade crucial para o futuro”*. Por fim, salientou o **potencial do turismo de natureza** e das novas políticas europeias, como a **Lei do Restauro da Natureza**, enquanto oportunidades estratégicas. Concluiu que o **território deve ser encarado como um ativo a valorizar**, e não apenas como um espaço produtivo, reforçando a necessidade de alinhar políticas públicas com os objetivos de sustentabilidade.



Para **João Madeira** (*Sociedade Agrícola Vargas Madeira*), o Baixo Alentejo enfrenta problemas complexos que exigem **abordagens multidisciplinares** e a mobilização dos cidadãos – e não apenas as instituições que as representam, que poderão ter *“grande visibilidade, mas pouca ligação efetiva à comunidade. É fundamental envolver diretamente as pessoas, trazê-las para o centro dos problemas a abordar e a encontrar soluções”*.

O orador destaca a relevância desta abordagem para lidar com as **problemáticas associadas com a água** no Baixo Alentejo, que persistem e agravam as **desigualdades territoriais**. Por um lado, *“embora o regadio do Alqueva tenha gerado crescimento económico, esse crescimento não tem sido acompanhado por um desenvolvimento equilibrado”*, gerando desigualdades internas à sub-região e, por outro lado, a riqueza gerada *“em muitos casos, não permanece localmente”*. Para o orador, a persistência destas desigualdades deve-se ao paradigma vigente, em que *“o território é tratado como um recurso numa lógica extrativa, em vez de ser encarado como um agente do seu próprio desenvolvimento”*, com capacidade de gerar impactos sociais relevantes, nomeadamente nas condições de trabalho e na transformação das comunidades.

*João Madeira* sublinhou ainda uma outra realidade que abrange uma proporção elevada do território marcada por solos mais pobres, frágeis, difíceis de trabalhar, e sujeitos a uma pressão crescente devido às alterações climáticas, sobretudo pela intensificação das secas, devendo olhar-se para a **problemática do solo e da biodiversidade**. Neste contexto, destacou duas opções produtivas: as **pastagens permanentes** e os **sistemas florestais**, que, com gestão adequada, permitem responder de forma mais sustentável às características deste território, contribuindo para a **proteção do solo**, através do aumento da matéria orgânica, melhoria da estrutura do solo e maior retenção de água. São, por isso, fundamentais para a resiliência dos sistemas agrícolas, apesar de se constatar que *“esta questão nem sempre é devidamente reconhecida na nossa região”*.

João Madeira destacou ainda a **importância do montado** enquanto ecossistema que combina produção agrícola, pastorícia e elementos florestais, sendo reconhecido internacionalmente como um *hotspot* de biodiversidade, ou seja, “*é um sistema produtivo complexo, mas resiliente, capaz de gerar rendimento e preservar biodiversidade*”.



**Ana Paula Figueira** (Instituto Politécnico de Beja), salientou que **a cultura deve passar a afirmar-se como um ativo estratégico**, capaz de promover a ligação entre as pessoas e de contribuir para a sustentabilidade do território. Tal implica uma mudança de paradigma: passar de uma lógica de eventos pontuais para uma lógica assente na continuidade e na ligação ao território, que poderá “**contribuir para a sustentabilidade, promover coesão social, reforçar identidades e, simultaneamente, abrir-se à diversidade**”, considerando as dinâmicas de mudança do território do Baixo Alentejo.

No entanto, a oradora **adverte para riscos, como a “espetacularização da cultura, reduzindo-a a entretenimento”**, sendo por isso essencial **preservar o contexto e a autenticidade das manifestações culturais**. Ou seja, para a articulação da cultura enquanto ativo estratégico para o desenvolvimento local, será essencial uma estratégia que salvaguarde a identidade cultural e as comunidades locais perante as exigências do mercado. Para tal, **o envolvimento das pessoas** é um desafio imperativo, através de projetos participativos intergeracionais inclusivos, integrando as comunidades locais e também os novos residentes, pois “*a cultura faz-se com pessoas e faz-se com todos*”.

Daí a importância, segundo **Ana Paula Figueira, da ligação da cultura à educação e da criação de espaços de participação e reflexão**, destacando ainda a capacitação dos jovens para a reinterpretção da tradição, promovendo a sua continuidade de forma dinâmica. Por fim, a oradora identifica um **triângulo virtuoso entre instituições, agentes culturais e comunidade**: as instituições criam condições e definem estratégias, os agentes culturais concretizam, e a comunidade dá sentido e legitimidade. Concluiu a sua intervenção com três ideias-chave: “**resistir à uniformização, religar as pessoas ao território e reinventar a cultura como um espaço de encontro e de futuro**”, assumindo o Alentejo como uma região com capacidade para criar dinâmicas culturais envolventes e atrativas.



# Fóruns de Discussão

Numa reflexão conjunta sobre o presente e o futuro da sub-região do Baixo Alentejo, os participantes, que representaram diversas entidades da sub-região, **identificaram problemas e procuraram definir caminhos para um desenvolvimento mais sustentável**, mobilizando as suas experiências e conhecimentos, bem como a informação exposta nos painéis de peritos.

Nesta troca de impressões e opiniões, os moderadores das mesas, mediante um guião temático pré-estabelecido, mas flexível, convidaram depois os participantes a posicionarem-se em diagramas temáticos que resultam na representação gráfica do conjunto de respostas. Com base nesses diagramas, apresentamos uma análise sintética dos resultados relativos a temas como o **despovoamento**, os **impactos das alterações climáticas**, a **priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** e a **análise SWOT** da sub-região do Baixo Alentejo.



## Temas abordados nas mesas de debate e reflexão

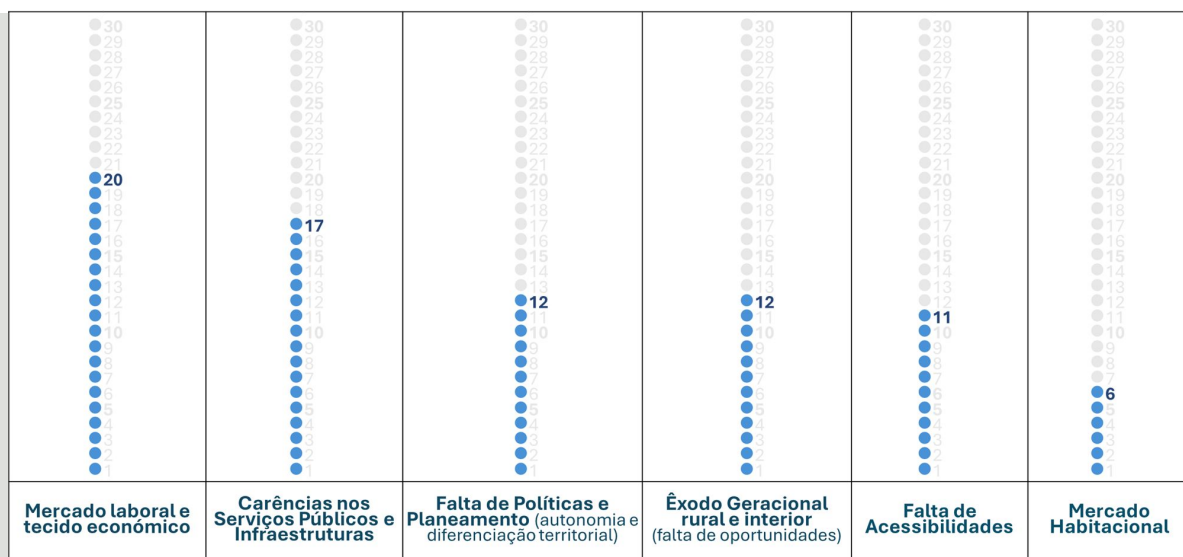
- Demografia e fatores de despovoamento
- Impactos das alterações climáticas na região
- Energias renováveis
- Áreas classificadas e/ou protegidas
- Comunicação e transição digital
- Cultura e património histórico
- Cooperação transfronteiriça com Espanha
- Principais forças e fraquezas, ameaças e oportunidades do Baixo Alentejo (SWOT)
- ODS adotados como prioritários

## Demografia e fatores de despovoamento

Na reflexão promovida sobre os principais fatores responsáveis pelo despovoamento da sub-região, os participantes identificaram e votaram nos que consideram mais relevantes (**Figura 5**).

Os participantes das cinco mesas de discussão sublinharam, em particular, a falta de dinamismo do **mercado laboral e tecido económico** e **carências nos serviços públicos e infraestruturas** na sub-região do Baixo Alentejo. Seguidamente, assinalaram a **falta de políticas de planeamento** que fortaleçam a autonomia e diferenciação territorial, a persistência do fenómeno de **êxodo geracional**, assim como a **falta de acessibilidades**, tanto viárias como digitais. Por último, foram ainda sublinhadas as carências na oferta do **mercado habitacional**.

**Figura 5 –**  
Os fatores mais importantes para o despovoamento da sub-região (total das 5 mesas)



Elencados os principais fatores de despovoamento, como é que se podem atrair e fixar residentes e jovens neste território? Os participantes convergem num ponto essencial: a resposta depende de uma abordagem integrada, baseada na **articulação entre condições estruturais e oportunidades concretas de vida**. Mobilidade (sobretudo oferta de transporte público com ligações dentro do território e a outras regiões) e serviços públicos essenciais surgem como ponto de partida incontornável. Contudo, é o **emprego qualificado e bem remunerado** que se afirma como fator decisivo, já que muitos jovens não regressam por “*não terem remunerações apetecíveis*” ou por simplesmente “*não poderem*” construir um futuro com os rendimentos disponíveis. Neste sentido, **reforçar o tecido empresarial, diversificar a economia e aproximar a formação das necessidades locais**, são considerados passos essenciais.

Ao mesmo tempo, existe um consenso de que o território tem ativos fortes que devem ser melhor comunicados e valorizados. A **identidade rural, a paisagem e a qualidade de vida** — menos *stress*, mais segurança e proximidade — são vistas como vantagens reais: “*é possível viver aqui com toda a qualidade, com uma vida mais calma*”. No entanto, os participantes defendem que é preciso “*saber como ‘vender’ essas vantagens*” através de estratégias que **unam marketing territorial ao reforço da identidade local**, marcando bem a diferença relativamente aos grandes centros urbanos.

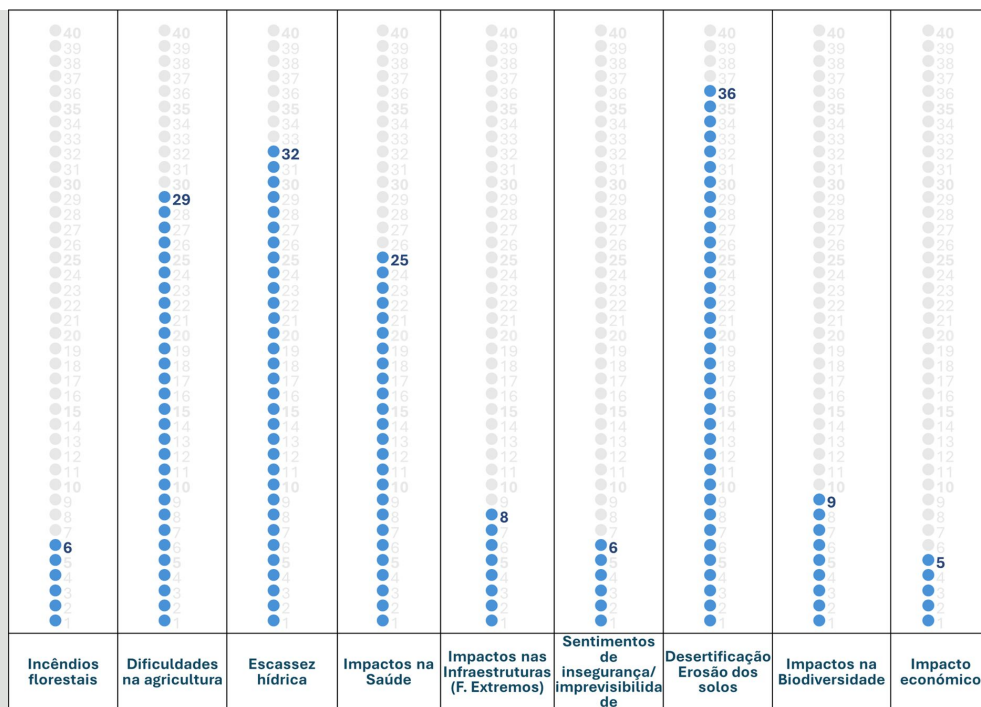
Por outro lado, a **comunicação e transição digital**, é encarada como uma oportunidade concreta para reforçar a competitividade e a atratividade do território, ao viabilizar novas formas de trabalho e ampliar o acesso a serviços: “*já muita coisa se consegue fazer a partir de casa*” e “*o trabalho remoto seria importante para novas oportunidades*”. Neste sentido, a conectividade assume-se como condição básica determinante para fixar jovens, atrair novos residentes e dinamizar setores como a educação, a saúde e a economia local. No entanto, os intervenientes sublinham que esta prioridade está ainda longe de estar plenamente concretizada, apontando **fragilidades significativas nas infraestruturas e na cobertura digital**. Persistem “*zonas escuras*” e “*locais onde as redes não funcionam*”, o que limita diretamente o potencial do território. Para além disso, destaca-se a importância da **literacia e inclusão digital**. A transição digital é, assim, entendida não apenas como um desafio tecnológico, mas também social e económico, exigindo formação, capacitação e soluções de proximidade que apoiem os cidadãos no acesso aos serviços digitais.

Finalmente, foi destacado como essencial que seja criada maior **abertura e capacidade de acolhimento da região**, tanto para os que saem e podem regressar, como para novos residentes. Um dos participantes resume bem esta ideia: “*é preciso que quem cá está seja capaz de acolher e não de se fechar*”. Isto implica **reforçar redes comunitárias** e adotar uma **atitude inclusiva**, reconhecendo que a fixação de população não depende apenas de reter os locais, mas também de atrair e valorizar novos públicos. Em síntese, a fixação de jovens exige uma **estratégia articulada entre economia, serviços, identidade e comunidade**, capaz de transformar o potencial existente em projetos de vida duradouros no território.

### Impactos das Alterações Climáticas no Baixo Alentejo

Entre os principais impactos das alterações climáticas (**Figura 6**), os participantes destacaram sobretudo a **desertificação, erosão dos solos e a escassez hídrica** no Baixo Alentejo. Seguem-se, ainda com grande expressão nas respostas, as **dificuldades na agricultura** e os **impactos na saúde** presente e futuro devido a temperaturas extremas. Seguidamente, identificaram os **impactos dos fenómenos extremos nas infraestruturas** derivados da imprevisibilidade dos fenómenos extremos provocados pelas alterações climáticas. Por fim, os participantes identificaram enquanto fatores adicionais relevantes no Baixo Alentejo a **perda de biodiversidade** devido sobretudo a práticas agrícolas superintensivas.

**Figura 6 –**  
Principais Impactos das Alterações Climáticas na sub-região (total das 5 mesas)



No que diz respeito à adaptação às alterações climáticas, os participantes apontam como prioridade uma **revisão profunda do modelo agrícola**, abandonando práticas e culturas desajustadas ao clima em mudança, e apostando em soluções mais resilientes, como culturas diversificadas e adaptadas ao clima e território, assente em **modelos agrícolas mais sustentáveis**. Foi ainda sublinhada a importância de **promover a biodiversidade e evitar modelos intensivos e superintensivos que degradam o solo**, com a adoção de boas práticas que favoreçam a infiltração da água e a saúde dos solos.

Paralelamente, os intervenientes sublinharam a necessidade de uma **gestão mais eficiente da água**, alertando para perdas significativas nas redes e para a urgência de modernizar infraestruturas, e ainda a aplicação de medidas como a **reutilização de águas residuais, o aproveitamento de águas pluviais e maior eficiência hídrica na agricultura**. Como foi referido, “*temos muita água para reutilizar*”, mas ainda com aplicação limitada, sendo necessário investir e simplificar soluções.

Ao mesmo tempo, os participantes destacam a urgência de adaptar os territórios ao **aumento das temperaturas extremas**, o que requer maior planeamento e intervenção pública, com políticas mais coerentes e incentivos ajustados. Tal implica, por exemplo, **proporcionar refúgios climáticos, como mais sombras com mais árvores e espaços verdes** nas cidades e vilas, assim como medidas específicas que aumentem o **conforto térmico das populações** (habitações e espaços públicos).

Em síntese, a adaptação às alterações climáticas foi vista como um processo orientado para a resiliência climática do território que exige **planeamento estratégico integrado, gestão eficiente dos recursos, transformação dos sistemas produtivos e soluções locais sustentáveis**.

### Energias renováveis

Solicitou-se aos participantes que avaliassem o estado atual e caminhos futuros das energias renováveis na região. No conjunto das mesas de discussão, os intervenientes reconhecem que a sub-região possui um **elevado potencial para as energias renováveis**, sobretudo solar, mas fazem uma **avaliação crítica do modelo atual**. Apesar dos avanços, considera-se que o desenvolvimento tem sido “*significativo, mas desequilibrado*”, assente sobretudo em grandes centrais que geram impactos negativos de foro ambiental, paisagístico e social. São apontados problemas como a ocupação de solos agrícolas, a **degradação de ecossistemas e a fraca ligação às comunidades locais**, que quase nunca beneficiam diretamente dessas infraestruturas. Segundo os participantes, gera-se a perceção de que o território está a ser ocupado por investimentos externos, nem sempre alinhados com as necessidades locais ou com critérios rigorosos de sustentabilidade.

Face a este diagnóstico, emerge um consenso em torno da necessidade **privilegiar modelos mais descentralizados, equilibrados e integrados no território**. Os participantes defendem o **reforço do autoconsumo e da produção distribuída**, aproveitando superfícies já artificializadas, em vez de expandir grandes projetos concentrados em zonas agrícolas e naturais.

Neste contexto, as **comunidades de energia renovável** surgem como um dos caminhos mais promissores, ao promover **modelos mais participativos, descentralizados e próximos das populações**, podendo, assim, “*democratizar o acesso à energia*”, reforçar o autoconsumo e **aumentar a aceitação social da transição energética**. A aposta deverá passar por simplificar processos, aumentar incentivos e promover modelos colaborativos mais acessíveis. Em síntese, o futuro das energias renováveis no território deverá **combinar escala com proximidade: menor dependência de grandes projetos isolados, e uma aposta séria em soluções distribuídas, participadas e integradas nas comunidades locais**.

### Áreas Classificadas

E qual a importância atribuída pelos participantes às áreas classificadas e/ou protegidas do Baixo Alentejo, e o seu papel estratégico no futuro deste território? Os intervenientes convergem na ideia de que **as áreas classificadas e protegidas são um ativo estratégico crucial para o desenvolvimento sustentável da sub-região**, tanto pela conservação da biodiversidade, como pela valorização económica e identitária do território. Estas áreas são vistas como **essenciais para manter equilíbrios ecológicos e prestar serviços ambientais críticos**, sendo defendido que importa reconhecer o seu valor intrínseco — “*porque é que não podemos valorizar as áreas naturais por serem naturais?*”.

Para além da conservação, estas áreas são também entendidas como **oportunidades para o turismo de natureza e regenerativo, para a valorização de produtos locais e para o reforço da identidade regional**, que requer uma gestão cuidada, preservando um equilíbrio entre uso e proteção, com zonas de maior e menor intervenção humana.

No entanto, há um diagnóstico consensual de que **este potencial está ainda longe de ser plenamente concretizado**. Os participantes apontam falhas na aplicação das políticas e na gestão destas áreas, sublinhando que **“os instrumentos existem e não são aplicados”** e que **a classificação, por si só, não garante proteção efetiva**. Destacam-se problemas como a **fraca fiscalização**, a **desarticulação entre políticas públicas** e a **pressão de atividades intensivas** que comprometem os valores naturais. Ao mesmo tempo, identificam-se tensões com proprietários e comunidades locais, que muitas vezes encaram as restrições como um entrave, evidenciando a necessidade de **maior envolvimento e compensação pelos serviços de ecossistema prestados**.

Os intervenientes defendem uma maior articulação entre conservação e desenvolvimento, a devida aplicação dos instrumentos de ordenamento, que requer um reforço da fiscalização no terreno, destacando ainda a importância da **sensibilização** e da **educação** na conservação do património natural. Em síntese, o desafio está em **gerir melhor as áreas protegidas e classificadas** do Baixo Alentejo, e **integrar a conservação como um dos eixos centrais de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do território**.

### **Património histórico e cultural**

No conjunto das mesas de discussão, os intervenientes reconhecem o **património cultural e histórico como um ativo estratégico para o desenvolvimento do Baixo Alentejo**, com forte potencial identitário, económico e social. Este património — que inclui monumentos, tradições, gastronomia, música, paisagem e figuras históricas — é visto como **elemento diferenciador e motor de atratividade, capaz de dinamizar o turismo e reforçar a ligação ao território**. No entanto, sublinha-se que a sua valorização deve começar **“de dentro para fora”**, já que muitas vezes **“nem os próprios têm noção que existe”** ou não reconhecem o seu valor — **“se tem valor económico, não tenho dúvidas [...] se a comunidade o percebe dessa forma, já tenho dúvidas”**. Assim, **a educação, o envolvimento das comunidades e o contacto direto com o património** são considerados fundamentais para criar uma base sólida de valorização.

Apesar do potencial, há consenso de que **o património cultural continua subaproveitado**, sobretudo pela **falta de estratégia, articulação e continuidade**. Os participantes referiram a existência de várias iniciativas, mas que surgem de forma dispersa e nem sempre geram dinâmicas duradouras. Nesta reflexão, afirmaram que é necessária uma **abordagem estratégica e colaborativa**, mobilizadora de **trabalho em rede entre agentes locais**, que seja capaz de integrar **património, cultura, economia e território** para a criação de uma identidade forte, como uma **“marca” regional** — sem perder autenticidade, conciliando tradição e inovação, e adaptando a comunicação às novas gerações e a novos públicos.

### **Cooperação transfronteiriça**

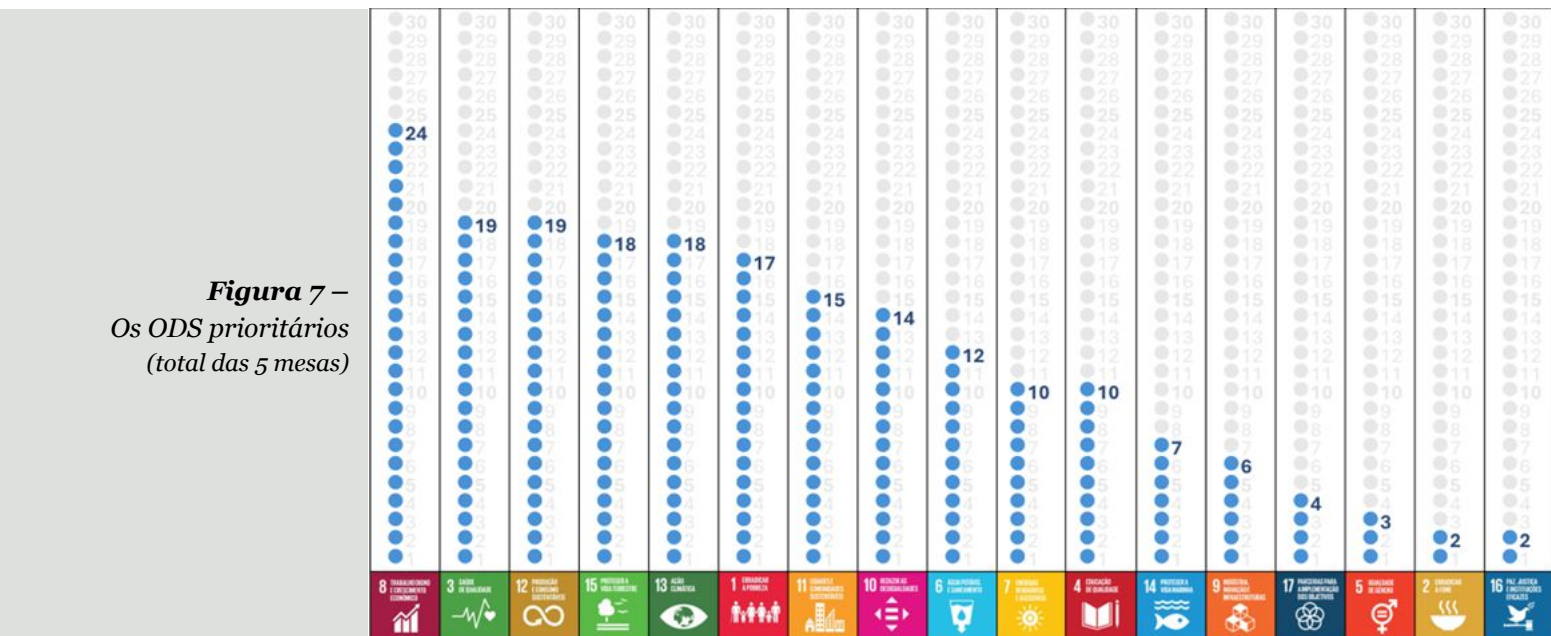
Quanto à cooperação transfronteiriça, qual é o seu potencial estratégico para a sub-região e o que falta fazer neste domínio? Os participantes reconhecem que **a cooperação transfronteiriça tem um elevado potencial estratégico, mas permanece ainda subaproveitada**. A proximidade geográfica e as complementaridades entre territórios ibéricos são vistas como oportunidades claras para criar **sinergias em áreas como economia, educação, turismo e gestão de recursos naturais**.

Apesar da existência de projetos conjuntos, sobretudo no âmbito institucional e apoiados por fundos europeus, os participantes consideram que os seus impactos ainda são muito limitados e pouco visíveis no quotidiano das populações. **A cooperação surge muitas vezes como pontual, dispersa e desigual, faltando continuidade, escala e articulação estratégica**. Acrescem desafios como assimetrias entre os territórios, diferenças de recursos e alguma falta de confiança ou cultura de cooperação, o que limita o desenvolvimento de parcerias mais equilibradas e duradouras.

Assim, os intervenientes defendem que o principal desafio passa por estruturar melhor esta cooperação e torná-la mais efetiva. Consideram necessário **reforçar a articulação institucional, promover estratégias e projetos conjuntos com impacto direto nas populações e apostar numa lógica de proximidade e reciprocidade.**

## ODS Prioritários no Baixo Alentejo

Solicitou-se também aos participantes que elessem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) cuja ação considerassem prioritária para o Baixo Alentejo (**Figura 7**).



**Figura 7 –**  
Os ODS prioritários  
(total das 5 meses)

Os cinco ODS destacados como prioritários foram o **ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico**, o **ODS 3 – Saúde de Qualidade**, **ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis**, **ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre** e o **ODS 13 – Ação Climática**.

Se compararmos estas escolhas com os resultados dos Indicadores de Referência da Plataforma ODSlocal apresentados no Diagnóstico ODSlocal do Baixo Alentejo, salientam-se algumas tendências dominantes.

Em primeira instância, a priorização atribuída pelos participantes aos **ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis** e **ODS 13 – Ação Climática** espelha a necessidade de investir nestes ODS cujo desempenho se revela aquém das metas para 2030 na sub-região com os valores respetivos de 41% e 42%. Do mesmo modo, existe a noção clara da necessidade de incentivar a ação nas esferas sociais e ambientais, em particular o **ODS 3 – Saúde de Qualidade** (52%) e **ODS 7 – Proteger a Vida Terrestre** (50%).

Foi também identificada uma convergência no sentido inverso, pois os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com melhor desempenho na Plataforma ODSlocal não se destacaram entre os mais priorizados: **ODS 4 – Educação de Qualidade** (70%), **ODS 5 – Igualdade de Género** (59%), **ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes** (58%) e o **ODS 17 – Parcerias para os Objetivos** (56%).

No entanto, os participantes também priorizaram ODS que, segundo o Diagnóstico da Plataforma ODSlocal, não se destacam como tendo um desempenho negativo.

Neste sentido, os participantes ambicionam uma maior dinâmica económica aliada à sustentabilidade e justiça social, expressa na priorização do **ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico** (55%), do **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis** (61%), assim como para os **ODS 1 – Erradicar a Pobreza** (62%) e **ODS 10 – Reduzir as Desigualdades** (55%).

## Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades do Baixo Alentejo

Por fim, perspetivando caminhos futuros para a sub-região, realizou-se uma análise SWOT, tendo sido solicitado aos participantes que debatessem e elessem os principais fatores de génese endógena (Forças e Fraquezas) e exógena (Oportunidades e Ameaças), tendo em vista o desenvolvimento sustentável no Baixo Alentejo.

**Figura 8 –**  
Análise SWOT  
(total das 5 mesas)

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO</li> <li>▪ PATRIMÓNIO CULTURAL E HISTÓRICO</li> <li>▪ GASTRONOMIA</li> <li>▪ QUALIDADE DE VIDA</li> <li>▪ QUALIDADE AMBIENTAL</li> <li>▪ CAPITAL NATURAL</li> <li>▪ MOBILIZAÇÃO E RESILIÊNCIA CIDADÃ</li> <li>▪ CORREDOR AEROPORTO SINES – ZONA LOGÍSTICA</li> <li>▪ PECUÁRIA EXTENSIVA – UNIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DE CARNE DE CAÇA</li> <li>▪ INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA</li> <li>▪ SEGURANÇA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ DESPOVOAMENTO, “ÉXODO JOVEM”</li> <li>▪ CARÊNCIAS SERVIÇOS DE SAÚDE</li> <li>▪ FALTA DE ACESSIBILIDADES (TRANSPORTES PÚBLICOS)</li> <li>▪ MERCADO LABORAL (PRECÁRIO, DESAJUSTADO)</li> <li>▪ MARGINALIZAÇÃO IMIGRANTES (FALTA DE INTEGRAÇÃO, RACISMO)</li> <li>▪ POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DISFUNCIONAIS (DESARTICULAÇÃO, FALTA DE PLANEAMENTO)</li> <li>▪ DESENRAIZAMENTO E INVISIBILIDADE REGIONAL</li> <li>▪ MÁS PRÁTICAS AGRÍCOLAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ TURISMO SUSTENTÁVEL E REGENERATIVO</li> <li>▪ VALORIZAÇÃO DA MARCA TERRITORIAL</li> <li>▪ FINANCIAMENTO E COOPERAÇÃO (NACIONAL, EUROPEIA)</li> <li>▪ TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DIGITAL</li> <li>▪ ECONOMIA SÉNIOR</li> <li>▪ AGRICULTURA DE REGADIO</li> <li>▪ CADEIAS DE VALOR E PRODUÇÃO DIVERSIFICADA</li> <li>▪ SETOR AERONÁUTICO</li> <li>▪ INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA</li> <li>▪ COMUNIDADE IMIGRANTE</li> <li>▪ “CÉU NOTURNO LUMINOSO” (BAIXA POLUIÇÃO LUMINOSA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS</li> <li>▪ POLÍTICAS AGRÍCOLAS (MÁS PRÁTICAS E FALTA DE MONITORIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO)</li> <li>▪ DINÂMICAS POPULACIONAIS (ENVELHECIMENTO, EMIGRAÇÃO/IMIGRAÇÃO, “FALTA DE MASSA CRÍTICA”)</li> <li>▪ CONJUNTURA INTERNACIONAL E GUERRA</li> <li>▪ PERDA DE BIODIVERSIDADE</li> <li>▪ BAIXA ATRATIVIDADE E RETENÇÃO EMPRESARIAL</li> <li>▪ DESIGUALDADES TERRITORIAIS E SOCIAIS</li> <li>▪ DEPENDÊNCIA EXTERNAS (ALIMENTOS)</li> <li>▪ SUSCEPTIBILIDADE À DESERTIFICAÇÃO</li> <li>▪ PERDA DE IDENTIDADE (PAISAGÍSTICA, CULTURAL)</li> </ul>

Entre os fatores **endógenos**, as *forças* mais destacadas e em evidência referem-se à **singularidade do património natural e paisagístico**, assim como o **património cultural e histórico do Baixo Alentejo, incluindo a sua gastronomia**. Numa posição intermédia, os participantes valorizaram o elevado nível de qualidade de vida, que se alia à mobilização e resiliência da população, assim como o **capital natural e a qualidade ambiental** que têm sido mantidos neste território. Por último, para além de referirem a segurança vivenciada nesta sub-região, foram salientadas forças específicas, como a sua **centralidade logística, o setor pecuário extensivo**, bem como da carne de caça, e o contributo do **Instituto Politécnico de Beja** para o desenvolvimento regional.

No sentido oposto, entre as *fraquezas*, destaca-se o despovoamento, que é agravado pela continuidade histórica do **êxodo de jovens** do Baixo Alentejo, assim como as **carências nos serviços de saúde** disponíveis neste território. Seguem-se, com realce, a **precariedade e desajustamento do mercado laboral, falta de acessibilidades**, assim como **disfuncionalidades nas políticas públicas** e nas práticas de administração locais - no que diz respeito ao planeamento, articulação e implementação de medidas. Foram ainda elencados **fatores de exclusão social** que carecem de priorização e apoio contínuo, como a **marginalização de imigrantes** e o sentimento de desenraizamento e invisibilidade entre a população residente. Por último, os participantes elencaram as **más práticas agrícolas** existentes no território enquanto uma fraqueza que requer atenção para proteger a qualidade ambiental do Baixo Alentejo.

Entre os fatores **exógenos**, sobressaem as *oportunidades* derivadas do **turismo sustentável**, que deverá ser aliado à valorização da **marca territorial** e dos **produtos endógenos** do Baixo Alentejo. Para tal, os participantes destacaram a importância de mobilizar e aproveitar **linhas de financiamento e cooperação ao nível regional, transfronteiriço e europeu**. De seguida, elencaram-se várias vias para potenciar um desenvolvimento económico dinâmico e diversificado, que incluem uma **aposta na inovação (transição energética e digital)**, a **revitalização de ativos presentes (agricultura de regadio e cadeias de valor e produção)** e a **adaptação dos setores económicos às características demográficas** do Baixo Alentejo, potenciando o setor sénior enquanto um ativo estratégico.

Por fim, referiu-se a importância de reforçar os **contributos do setor aeronáutico**, do **Instituto Politécnico de Beja** e da comunidade imigrante para a inovação e diversificação da região, assim como a valorização da **baixa poluição luminosa** da sub-região para um **turismo da natureza que se quer regenerativo**.

Em contraponto às oportunidades, ao elencarem as ameaças, os participantes priorizaram unanimemente os **impactos das alterações climáticas** no Baixo Alentejo. Em segundo lugar, foram salientadas **políticas agrícolas desadequadas**, que carecem de monitorização e de fiscalização das más práticas existentes no território, a atual conjuntura internacional (guerras, instabilidade geopolítica e seus impactos socioeconómicos), assim como a agudização de dinâmicas populacionais caracterizadas pela **perda populacional** e pela **falta de acolhimento das necessidades das comunidades no território, em particular os idosos e imigrantes**. Seguidamente, os participantes destacaram a **perda da biodiversidade**, ameaças derivadas da **falta de atratividade e retenção empresarial**, assim como a continuidade da lógica extrativista do valor gerado na sub-região. Por último, os participantes discutiram desafios estruturais, como as **desigualdades territoriais e sociais**, a **perda identitária e de património natural e cultural**, e desafios que são agudizados pelas alterações climáticas, como a insegurança alimentar e a suscetibilidade à desertificação.



## Notas Finais

Do conjunto de contributos e reflexões da Sessão prospetiva realizada na sub-região do Baixo Alentejo sublinham-se, por fim, algumas notas para o futuro.

Perante a complexidade dos desafios do Baixo Alentejo destacou-se, desde logo, a necessidade de políticas públicas articuladas e norteadas por objetivos de longo prazo que encarem o **território como um ativo multifuncional** e articulem a **inovação com a valorização do património** natural e cultural. Neste âmbito, requerem-se **abordagens multidisciplinares e colaborativas**, que reconheçam o papel fundamental da educação, sensibilização e o envolvimento direto das comunidades e instituições – entre as quais se destacou a importância do Instituto Politécnico de Beja, pelos seus contributos atuais e pelo potencial que poderá vir a representar futuramente.

Para potenciar um desenvolvimento próspero e sustentável no Baixo Alentejo, será necessário considerar o seu território de forma integrada, devendo-se especial atenção às áreas fora da influência do regadio do Alqueva, como o **montado** e as **áreas classificadas e protegidas**, que enfrentam vários desafios sistémicos. Surge como um caminho estratégico a **valorização e remuneração dos serviços de ecossistema** (como a regulação do carbono, da água e a preservação da biodiversidade), articulada com a capacidade diferenciadora de produtos locais e a sustentabilidade das atividades económicas agrícolas, florestais e pecuárias. A par disso, destacaram-se oportunidades associadas ao turismo de natureza e às novas políticas europeias orientadas para o restauro dos ecossistemas, bem como a situação estratégica das infraestruturas aeroportuárias.

Evidenciou-se ainda a **sinergia entre a adaptação às alterações climáticas e o combate às desigualdades sociais e territoriais**, particularmente nas problemáticas associadas com a água, que condicionam o desenvolvimento e acentuam as fragilidades em grande parte do território. O caminho passa por assumir a **gestão eficiente dos recursos hídricos e do solo** enquanto prioridade estratégica. Neste percurso, considera-se essencial a **transformação estrutural dos sistemas produtivos**, com particular enfoque no modelo agrícola, orientando-o para maior resiliência e sustentabilidade. Tal implica a diversificação de culturas e a aposta em espécies mais adaptadas às novas condições climáticas, bem como a adoção e revitalização de práticas agrícolas que preservem o solo, promovam a biodiversidade e reforcem a capacidade de retenção de água. Neste contexto, foram apontadas soluções que são adaptadas às características do território e contribuem para a resiliência dos sistemas produtivos, conjugando conhecimento técnico, gestão adequada e práticas tradicionais, como as **pastagens permanentes e os sistemas agrossilvopastoris**. Importa, ainda, conjugar medidas de sensibilização e valorização do setor com o **reforço da monitorização e fiscalização** para combater as más práticas agrícolas que degradam a qualidade ambiental do território e dos recursos hídricos (por via dos pesticidas e dos fertilizantes).

Identificou-se ainda a necessidade de **integrar critérios climáticos no planeamento territorial**, de forma a adaptar os espaços urbanos e rurais ao aumento das temperaturas e à maior frequência de eventos extremos. Entre tais medidas, nomeou-se a **criação de refúgios climáticos**, reforço das áreas verdes e zonas de sombra, que contribuem para melhorar o conforto térmico e a qualidade de vida das populações. Reconhece-se ainda o **elevado potencial solar** do território e a necessidade de **reavaliar o seu modelo** atual, evitando as grandes centrais que impactam negativamente a paisagem, sem valor acrescentado para as populações locais e promovendo soluções mais descentralizadas, participadas e integradas nas comunidades, como o **autoconsumo e as comunidades de energia**, garantindo maior equidade, aceitação social e benefícios locais.

Destacou-se também a centralidade do património cultural e histórico no Baixo Alentejo e foi afirmado o papel da **cultura como infraestrutura estratégica para a coesão e sustentabilidade territorial**. Importa definir estratégias de continuidade que sejam articuladas e participativas, para promover a valorização, construção e renovação cultural com as comunidades locais, atribuindo-se especial atenção à inclusão da população juvenil e dos novos residentes. A **articulação entre instituições, agentes culturais e população**; a **interligação da educação com a cultura**, bem como a necessidade de **preservar a autenticidade cultural** enquanto espaço de identidade, encontro e futuro, são prioridades identificadas.

Nesta reflexão, **o combate ao despovoamento** destacou-se como prioridade primordial no Baixo Alentejo e um desafio que requererá uma **abordagem integrada**, assente na articulação entre **condições estruturais e oportunidades concretas de vida**. A melhoria da mobilidade, nomeadamente através do **reforço da oferta de transportes públicos e da conectividade interna e externa do território**, a garantia de serviços essenciais de qualidade e, sobretudo, a criação **de emprego qualificado e bem remunerado**, emergem como fatores determinantes. Foi ainda referida a importância de desenvolver soluções inovadoras para **valorizar e mobilizar a população idosa**, enquanto cidadãos detentores de conhecimentos que poderão contribuir de forma direta e indireta para o desenvolvimento da sub-região.

O combate ao despovoamento depende também da criação de condições sociais e comunitárias favoráveis à **atração e fixação de novos habitantes**. Considerou-se, assim, necessário promover uma maior abertura e capacidade de acolhimento, através de **políticas públicas inclusivas** que apoiem a integração de novos residentes, reforcem a pertença identitária dos habitantes e sua revitalização comunitária. Paralelamente, importa **comunicar de forma mais eficaz** os ativos distintivos e valiosos do Baixo Alentejo, defendendo-se a criação de uma **marca territorial que valorize o património natural e construído, a qualidade de vida, a segurança e a identidade rural**, assumindo-os como vantagens competitivas e elementos diferenciadores, capazes de reforçar a sua atratividade. Por seu lado, a **transição digital** assume-se como um eixo estratégico essencial para reforçar a atratividade do território através do trabalho remoto, da inovação e do acesso a serviços. De forma a garantir a **inclusão digital**, para que todos os cidadãos possam beneficiar destas oportunidades, será necessário assegurar maior investimento nas infraestruturas de conectividade e implementar medidas que promovam a literacia digital junto das comunidades locais.

Por fim, destacou-se a importância de a **Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo potenciar a cooperação, tanto a nível interno (entre os municípios da sub-região) como externo, ao nível nacional, ibérico e europeu**. Tal mobilização considera-se necessária não só para **reforçar a governança** e combater o sentimento de ‘invisibilidade’ referido pelos cidadãos, como também para aumentar o acesso a oportunidades de financiamento que poderão potenciar o desenvolvimento da sub-região. A **cooperação transfronteiriça** foi ainda reconhecida enquanto uma força e oportunidade estratégica que é ainda insuficientemente explorada. Apesar das complementaridades existentes, persistem limitações na continuidade, escala e impacto das iniciativas. Torna-se, assim, necessário estruturar melhor esta cooperação, reforçar a articulação institucional e promover projetos conjuntos entre as populações dos dois países, assentes numa lógica de proximidade, confiança e benefício mútuo.

Globalmente, o futuro do território dependerá da capacidade de **alinhar políticas, atores e estratégias numa visão integrada e de longo prazo, capaz de transformar o potencial existente em desenvolvimento sustentável e em projetos de vida duradouros**.

A [ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](https://odslocal.pt) é uma iniciativa que visa mobilizar os municípios e outras entidades relevantes para a concretização, ao nível local, da Agenda 2030 das Nações Unidas. Integra ações de capacitação local e um portal online dinâmico que permite visualizar e acompanhar os progressos e contributos de cada município em relação aos ODS.



### Mobiliza para os ODS

Envolve decisores políticos e técnicos municipais



### Contribui para visões do futuro

Define metas, indicadores e estratégias de ação



### Monitoriza e cria indicadores

Garante robustez científica e orientações da ONU



### Mapeia Boas Práticas e Projetos

Identifica projetos e práticas em prol dos ODS



### Estimula parcerias e ação para os ODS

Potencia colaboração intra e intermunicipal



### Valoriza e divulga a Agenda 2030

Destaca sucessos e contribui para sua replicação

R.A.  
Açores



R.A.  
Madeira



ODSlocal  
em Números

144

Municípios  
aderentes

165

Indicadores de  
Referência

5 997

Boas Práticas  
Municipais

2 039

Projetos locais

219 504

Visitantes  
únicos

A Plataforma ODSlocal assenta numa parceria entre quatro entidades especializadas em sustentabilidade:



**CNADS**

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Coordena o Projeto ODSlocal e contribui para a constituição de parcerias e projeção pública da Plataforma ODSlocal.



**OBSERVA**

Observatório de Ambiente, Território e Sociedade do ICS-ULisboa

Coordena os Indicadores de Referência, a divulgação da Plataforma para públicos diversificados, a dinamização de Sessões Prospetivas em territórios fronteiriços e co-coordena os Laboratórios Dinâmicos.



**MARE**

Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

Atua na área da Governança e Literacia, com a co-coordenação dos Laboratórios Dinâmicos e a coordenação à escala local dos Laboratórios de Sustentabilidade e da exposição itinerante "ODS em Movimento".



**2adapt**

Serviços de Adaptação Climática

Responsável pela conceção e desenvolvimento do Portal ODSlocal; indicadores baseados em Sistemas de Observação da Terra, infografias, interoperabilidade entre portais e apoio aos municípios.

Saiba mais sobre a adesão em <https://odslocal.pt/como-aderir>

Visite-nos  
[www.odslocal.pt](http://www.odslocal.pt)

Contacte-nos  
[info@odslocal.pt](mailto:info@odslocal.pt)